

## A Igreja que sofre violência

Por: Maria Clara Bingemer

Nos três primeiros séculos, o cristianismo provocou, por sua maneira mesma de ser, por suas formas de manifestar-se e atuar, relações muito problemáticas com o Estado e a sociedade, condicionadas pelas peculiaridades e diferenças que seus adeptos apresentavam. Foi uma consequência quase lógica que a opinião pública reagisse a esse estado de coisas, ou seja, ao rosto visível do Cristianismo em expansão.

A primeira característica problemática e de estranhamento provocada pelos cristãos residia em sua diferença religiosa. Sua maneira própria e diferente de ser e praticar sua fé atraiu sobre os que se confessavam discípulos de Jesus Cristo a perigosa reprovação de impiedade, que consistia em: haver abandonado os deuses da polis, colocando em risco a ordem estabelecida que protegia a sociedade e atraindo sobre si as acusações de ateísmo.

Por outro lado, sendo reprovados por serem ateus, os cristãos faziam com que se colocasse em discussão também o status de sua religião, devido precisamente a suas práticas religiosas aberrantes, uma vez que não tinham imagens nem templos nem altares. Ou seja, eram recriminados por promoverem uma certa dessacralização da própria religião.

Por outro lado, havia igualmente uma fonte de conflito teológico: com seu monoteísmo bíblico, os cristãos entraram em choque com um conceito pagão da divindade marcadamente diferente e habitual na história das religiões. Embora tendo um deus dominante, na religião romana predominava um claro politeísmo. A crença num Deus único de que davam testemunho os cristãos era, pois, politicamente perigosa, ao mesmo tempo em que os situava a uma grande distância da sociedade.

As objeções dos gentios contra os membros da nova agremiação procediam, portanto, de sua preocupação com a religião, a humanidade e a cultura. A distância teológico-religiosa descrita com suas implicações

políticas significou para os cristãos um isolamento social, impedindo-lhes participar das festas populares, das representações teatrais e dos jogos circenses. Enfim, de todos os grandes acontecimentos sociais que implicavam uma dimensão religiosa ou cültica. Essa foi uma das razões, senão a principal, pela qual, em sua primeira época, o cristianismo desenvolveu uma ética de distanciamento do mundo quase exclusivamente “defensiva” que depois se manteria inclusive quando as relações com o “mundo” haviam mudado substancialmente.

O Cristianismo primitivo é visto, pois, pela sociedade estabelecida de então, como algo extremamente estranho e suspeito. Concretamente a atitude dos cristãos, com expresso desinteresse pelos assuntos públicos, sua objeção de participar dos cargos políticos eram acrescidas pelo ponto nevrálgico de sua atitude com respeito a qualquer violência: até finais do século II e mesmo mais tarde, de forma mais fraca e isolada, os cristãos condenaram e resistiram ao serviço militar por motivos morais (homicídio, violência, brutalidade) e cülticos (juramento à bandeira, sacrifícios rituais).

Cantada pelos historiadores e poetas dos tempos antigos como época de ouro, o tempo da vida de Jesus e dos primeiros apóstolos, do surgimento e expansão da Igreja, é de extrema importância para a compreensão do lugar da violência e da paz no Cristianismo Primitivo. Na pax romana, entendida como “paz no Império e segurança nas fronteiras”, o historiador moderno vê a realização dos romanos que merece maior louvor e admiração. Comparado com tudo que o mundo de então sabia de seu passado, este estado de coisas tinha que

aparecer a todos os viventes como uma Idade de Ouro. No entanto, esta época dourada e celebrada pela voz dos poetas e admiradores do Império foi experimentada de maneira diferente por diversas pessoas e grupos sociais. Ao observá-la como contexto em que transcorreram os primeiros tempos do cristianismo, não podemos deixar de lado seu aspecto e contexto militar e sobretudo religioso.

É sintomático e carregado de sentido que desde o início, das primeiras vezes em que a pax romana é mencionada, se fala do imperador como chefe militar. O altar da paz ao Imperador Augusto, construído no simbólico lugar do Campo de Marte, deus da guerra, na verdade dava sentido à história da violência calcada no sucesso do vencedor. Sobre ele, o holocausto que queimava a vítima totalmente e por inteiro, sublinhava o fato do preço da paz proclamada e celebrada: o sangue derramado. A pax romana, portanto, é paz querida politicamente pelo imperador e seus mais altos funcionários, e estabelecida e garantida militarmente pela intervenção das legiões.

A guerra que leva à vitória forma o pressuposto do tempo feliz da paz, no qual o Imperador triunfa. E este tempo feliz continua a ser assegurado pelas legiões e suas armas. Esta paz que Roma traz é paz-de-vitória para os romanos; para os vencidos, paz de submissão. Em teoria uma relação de direito entre dois parceiros, a pax romana é na realidade uma ordem de dominação. Roma é o parceiro que, a partir de si mesmo, ordena a relação e propõe as condições que o não romano deve aceitar, confirmando sua submissão ao poderoso Império que o protegia contra os ataques de outros povos estrangeiros.

Esta paz estabelecida e mantida, portanto, com meios militares, é acompanhada de rios de sangue e lágrimas de enormes dimensões. Na verdade, nesta época da história, o mundo conhecido tem paz porque “todo o orbe terrestre” é dominado por Roma. Esta pretensão de paz universal também é mantida quando guerras menores, de periferia, se aproximam. A pax romana – construída sobre o alicerce da camuflada violência da opressão - não compete, entretanto, unicamente aos humanos. Trata-se de algo querido e protegido pelos deuses. Protegendo e conservando o Império Romano, os deuses cuidam da salvação do mundo, a qual consiste na paz, na harmonia, na segurança, na riqueza e na honra.

Tudo isto são aspectos da pax romana que este Império concede. Os deuses protegem-na e conservam-na na pessoa do imperador, que responde por todos estes bens. Mais ainda: o próprio imperador ocupava posição tão elevada que sua pessoa acaba sendo sublimada em sentido especialmente religioso e, depois, culturalmente venerada. O culto ao imperador é, portanto, elemento inseparável da Pax Romana. Ora, se o imperador representa o império de tal modo que o bem comum se baseia na sua integridade, então a não-participação nos atos rituais, que devem celebrar e confirmar a incolumidade do imperador, levanta a suspeita de deslealdade política fundamental. E os cristãos são acusados disto.

A “diferença” da qual são portadores nitidamente incomoda e molesta desde sempre a ordem estabelecida. E isto é verdade desde o próprio processo de Jesus como também desde a primeira hora, com seus primeiros seguidores.